

O CAMINHO PARA A SERVIDÃO *

Por Friedrich A. von Hayek
(1944)



INTRODUÇÃO

Podemos aprender com o passado e evitar a repetição de processos indesejáveis. É hoje necessário declarar esta verdade amarga: é o destino da Alemanha [nos anos 30] que estamos em perigo de seguir. Se, a longo prazo, somos os criadores do nosso destino, de imediato somos escravos das ideias que criamos. Somente reconhecendo o perigo a tempo poderemos ter esperança de evitá-lo.

Os que estudam as correntes de ideias dificilmente deixarão de observar que há mais do que uma semelhança superficial entre o rumo do pensamento na Alemanha durante e após a Primeira Guerra Mundial e o actual rumo das ideias em Inglaterra. Há o mesmo desprezo pelo liberalismo do século XIX, o mesmo e espúrio "realismo" e até cinismo, a mesma aceitação fatalista de "tendências inevitáveis". Fui-me progressivamente convencendo de que, no mínimo, algumas das forças que destruíram a liberdade na Alemanha também estão em actividade aqui, e de que o carácter e a origem desse perigo são, se possível, menos compreendidos entre nós do que o foram na Alemanha.

Poucos estão prontos a reconhecer que **a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reacção contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário dessas mesmas tendências**. O importante é que, se considerarmos as pessoas cujas opiniões influem nos acontecimentos neste país, todas elas são em certo sentido socialistas. É porque quase todos o desejam que estamos marchando na direcção do socialismo. A questão está em saber aonde esse movimento nos levará.

O problema não está em saber porque razão os Alemães, como tais, são [supostamente] perversos, pois não é congenitamente provável que o sejam mais do que qualquer outro povo, mas em determinar as circunstâncias que, durante os últimos setenta anos, possibilitaram o desenvolvimento progressivo e a vitória final de um determinado conjunto de ideias, e em verificar por que motivo essa vitória acabou erguendo às primeiras posições os indivíduos mais viciosos entre eles.

A minha interpretação do que se passou na Alemanha e na Itália é muito diversa da que foi dada pela maioria dos observadores estrangeiros e pela maior parte dos exilados daqueles países. Seria um erro acreditar que foi o elemento especificamente alemão, e não o elemento socialista, que produziu o totalitarismo.

I. O CAMINHO ABANDONADO

Quando o curso da civilização toma um rumo inesperado, evitamos assumir a culpa pelo desvio. Mas o facto é que nos fomos afastando progressivamente das ideias básicas sobre as quais se erguera a civilização ocidental. Fomos aos poucos abandonando a liberdade económica sem a qual a liberdade política e social jamais existiu no passado. Fomos avançando em direcção ao socialismo.

E o individualismo passou a ter uma conotação negativa associada ao egoísmo. Na realidade, **o individualismo tem como característica especial o respeito pelo ser humano e o reconhecimento da supremacia das suas preferências e opiniões**. Durante todo o período moderno da história europeia, a tendência geral do desenvolvimento social era libertar o indivíduo das restrições que o mantinham sujeito a padrões determinados pelo costume ou pela autoridade no que dizia respeito às suas actividades ordinárias. A elaboração de uma tese coerente de defesa da liberdade económica resultou do livre desenvolvimento das actividades económicas, que tinham sido um subproduto imprevisto e não planeado da liberdade política.

Só depois de a liberdade industrial ter permitido a livre utilização dos novos conhecimentos, depois de se ter tornado possível qualquer experimentação, só então é que a ciência deu os grandes passos que nos últimos 150 anos mudaram a face do mundo.

A contribuição do século XIX para o individualismo do período precedente foi apenas trazer a todas as classes a consciência da liberdade. Onde quer que fossem suprimidos os obstáculos ao livre exercício do engenho humano, o homem logo se tornava capaz de satisfazer o seu crescente número de desejos. No princípio do século XX, o trabalhador do mundo ocidental havia alcançado um grau de conforto material, segurança e independência que pareceria impossível um século antes.

O êxito do liberalismo alimentou [as expectativas] por muito mais. E ainda havia muito progresso a ser ganho no caminho que vinha sendo trilhado. A impaciência dos intervencionistas inspirava a adopção de medidas económicas anti-liberais que pudessem acelerar ainda mais os ganhos económicos; por outro lado, a reacção dos liberais contra essas medidas ajudou a projectar uma imagem "negativa" do liberalismo. Foi prejudicial a insistência obstinada de alguns liberais em certas regras primitivas, sobretudo o princípio do *laissez-faire*.

A impaciência crescente em face do lento progresso da política liberal, a justa irritação com aqueles que empregavam a fraseologia liberal em defesa de privilégios anti-sociais, e a ilimitada ambição pela melhoria social já conquistada fizeram com que, ao aproximar-se o fim do século [XIX],

a crença nos princípios básicos do liberalismo fosse aos poucos abandonada. E à medida que as esperanças da nova geração se voltavam para algo inteiramente novo, a compreensão e o interesse pelo funcionamento da sociedade existente sofreram um brusco declínio, inclusive a consciência de tudo o que dependia da existência do sistema liberal.

A consequência foi uma completa inversão de rumo, um completo abandono da tradição individualista que criou a civilização ocidental. De facto, decidimos prescindir das forças que produziram resultados imprevistos e substituir o mecanismo anónimo e impessoal do mercado pela condução colectiva e "consciente" de todas as forças sociais em direcção a objectivos deliberadamente escolhidos.

II. A GRANDE UTOPIA

Se o socialismo substituiu o liberalismo como a doutrina da grande maioria dos progressistas, isso não significa apenas que as pessoas tenham esquecido as advertências dos grandes pensadores liberais sobre as consequências do colectivismo.

Quase não ocorre hoje que o socialismo era, de início, francamente autoritário. No que se referia à liberdade, os fundadores do socialismo não escondiam as suas intenções. Eles consideravam a liberdade de pensamento a origem de todos os males da sociedade do século XIX, e o primeiro dos planeadores modernos, Saint-Simon, chegou a prever que aqueles que não obedecessem às comissões de planeamento por ele propostas seriam "tratados como gado".

Tocqueville, mais do que ninguém, percebeu que a democracia, como instituição essencialmente individualista, entrava em contradição frontal com o socialismo. Segundo ele, "democracia e socialismo nada têm em comum excepto uma palavra: igualdade". Mas, advertia o próprio Tocqueville, "enquanto a democracia procura a igualdade na liberdade, o socialismo procura a igualdade na repressão e na servidão".

O advento do socialismo seria [segundo os seus defensores] um salto do reino da necessidade para o reino da liberdade. É importante perceber a subtil alteração do sentido a que se submeteu a palavra *liberdade* para tornar plausível este argumento. Para que o homem pudesse ser verdadeiramente livre, o "despotismo da necessidade material" deveria ser vencido, e atenuadas "as restrições decorrentes do sistema económico". Liberdade neste sentido não passa, é claro, de um sinónimo de *poder* ou *riqueza*. A reivindicação da nova liberdade não passava, assim, da velha reivindicação de uma distribuição equitativa da riqueza. Mas o novo rótulo forneceu aos socialistas mais uma palavra em comum com os liberais, e eles exploraram-na ao máximo, a despeito do novo sentido dado àquela palavra.

A promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista. Foi inquestionavelmente a promessa de maior liberdade que atraiu um número crescente de liberais para o socialismo e os tornou incapazes de perceber o conflito existente entre os princípios do socialismo e os do liberalismo. O socialismo foi aceite pela maior parte da *intelligentsia* como o herdeiro aparente da tradição liberal. Nos últimos anos, porém, esse erro foi-se tornando claro. Foi-se tornando clara a extraordinária semelhança, em muitos aspectos, das condições de vida nos regimes fascista e comunista.

Enquanto para muitos que observaram de perto a transição do socialismo para o fascismo, a relação entre os dois sistemas ficou cada mais evidente, em Inglaterra a maioria ainda acredita [em 1944] que o socialismo e a liberdade ainda podem ser conciliados.

O socialismo democrático, a grande utopia das últimas gerações, não só é irrealizável, mas o próprio esforço necessário para concretizá-lo gera algo tão inteiramente diverso que poucos dos que agora o desejam estariam dispostos a aceitar as suas consequências.

III. INDIVIDUALISMO E COLECTIVISMO

Há um equívoco em relação ao conceito de *socialismo*, que pode [pretender ser sinónimo dos] ideais de *justiça social* e *maior igualdade*, mas o facto é que significa também a abolição da iniciativa privada e da propriedade privada dos meios de produção, e a criação de um sistema de "economia planeada" no qual o empresário que trabalha visando o lucro é substituído por um órgão central de planeamento. Os fins ou objectivos do socialismo devem ser avaliados juntamente com os meios usados na sua realização. Não podemos esquecer-nos de que o socialismo é uma espécie de colectivismo e que, portanto, tudo o que se aplica ao colectivismo se aplica também ao socialismo.

Quase todos os pontos de divergência entre socialistas e liberais referem-se aos métodos comuns a todas as formas de colectivismo, e não aos fins específicos para os quais os socialistas desejam empregá-los.

O conceito de "planeamento" deve a sua popularidade em grande parte ao facto de todos desejarmos, obviamente, resolver os problemas ordinários da forma mais racional e de, para tanto, precisarmos de utilizar toda a capacidade de previsão possível. Nesse sentido, somos todos planeadores. Mas o que os planeadores exigem é um controle centralizado de toda a actividade económica de acordo com um plano único, que estabeleça a maneira pela qual os recursos da sociedade sejam "conscientemente dirigidos" a fim de servir determinados fins.

A doutrina liberal baseia-se na convicção de que a concorrência é a melhor maneira de decidir sobre o uso dos recursos escassos; e reconhece que, para ser eficaz, a concorrência requer a existência de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada. Além disso, os liberais reconhecem que quando a concorrência falha, outros métodos de orientar as actividades económicas se fazem necessários. Mas são contrários à substituição da concorrência de mercado por outros métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais.

Não basta, para a eficácia do mercado, que a lei reconheça o princípio da propriedade privada e da liberdade de contrato; também é importante uma definição precisa do direito de propriedade.

Finalmente, há certos campos nos quais, sem dúvida, nenhuma disposição legal poderá criar a condição primeira da qual depende a eficácia do sistema: que o proprietário beneficie de todos os serviços úteis prestados pela sua propriedade e sofra as consequências dos danos causados pelo seu uso. Quando isso não se dá, faz-se necessária a acção das autoridades para a correcção dos desvios oriundos de externalidades positivas e negativas.

A criação de uma estrutura institucional adequada ao funcionamento benéfico da concorrência estava longe de terminada quando, em toda a parte, os Estados começaram a substituí-la por um princípio diferente e inconciliável. Já não se tratava de fazer funcionar a concorrência e de complementar-lhe a acção, mas de substituí-la por completo. **O que une os socialistas de esquerda e direita é essa hostilidade à concorrência e o desejo de substituí-la por uma economia dirigida.**

A luta universal contra a concorrência promete gerar, antes de tudo, algo ainda pior: uma situação que não pode satisfazer nem planeadores nem liberais, uma espécie de organização sindicalista ou "corporativista" na qual a concorrência é mais ou menos suprimida, mas o planeamento fica nas mãos de monopólios independentes, controlados por setores específicos da economia.

Muitos ainda acreditam que é possível encontrar um meio-termo entre concorrência e dirigismo central. Isso não é viável, pois os dois métodos são fracos e ineficientes quando incompletos. O planeamento e a concorrência só podem ser combinados quando se planeia visando a concorrência, nunca contra ela.

IV. A "INEVITABILIDADE" DO PLANEAMENTO

Alguns defensores do planeamento contentam-se em afirmar que o planeamento central é desejável. A maioria deles afirma que não há mais escolha: a concorrência deve ser substituída pelo planeamento. Alimenta-se o mito de que a concorrência vem sendo eliminada pela concentração de poder económico provocada por mudanças tecnológicas, alegação que não é confirmada pelos estudos empíricos. Na realidade, a criação de monopólios tem sido o resultado do proteccionismo governamental.

Argumenta-se, por outro lado, que o planeamento central se impõe porque cada vez é mais difícil ter-se uma visão coerente de todo o processo económico. [Esta alegação] baseia-se numa ideia completamente errada de como funciona a competição económica: é a própria complexidade da economia moderna que requer a adopção da concorrência como único método de coordenar as actividades de milhões de agentes económicos; [porque a] concorrência vale-se das informações prestadas pelo sistema de preços, que regista de forma automática os efeitos relevantes das acções individuais. **Quanto mais complexo for o mercado, mais necessitaremos da acção automática e impessoal do mecanismo de preços.** Se tivéssemos dependido do planeamento central para o desenvolvimento do nosso sistema industrial, ele nunca teria alcançado o grau de diferenciação, complexidade e flexibilidade a que chegou.

Há ainda outros argumentos usados pelos defensores do planeamento central. Vale a pena indagar por que encontramos um número tão grande de técnicos e especialistas entre os entusiastas do planeamento. Quase todos os ideais tecnológicos dos nossos especialistas poderiam ser realizados num prazo relativamente curto, se realizá-los se tornasse o objectivo único da humanidade. São as ambições frustradas do especialista no seu próprio campo de trabalho que o levam a revoltar-se contra a ordem reinante. O movimento pró-planeamento deve a sua força sobretudo ao facto de que reúne todos os idealistas que consagram a sua vida a uma única missão.

V. PLANEAMENTO E DEMOCRACIA

A característica comum dos sistemas colectivistas é a organização intencional das actividades sociais em função de um objectivo específico. Sob diversos aspectos, essa é uma formulação muito clara da questão básica, que nos conduz ao ponto em que a liberdade individual entra em conflito com o colectivismo. Os vários géneros de colectivismo diferem entre si quanto ao fim procurado, e todos eles se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando essa finalidade única, e por se negarem a reconhecer esferas autónomas em que os objectivos individuais são soberanos. Essa finalidade única é vagamente definida como o "bem comum". Ora, o bem-estar de um povo, assim como a felicidade de um homem, dependem de inúmeras coisas que lhe podem ser proporcionadas numa infinita variedade de combinações. Não é possível exprimi-las de modo adequado como um objectivo único.

Na nossa sociedade não há ocasião nem motivo para que as pessoas tenham ideias idênticas sobre o que é preciso fazer em cada situação. Mas quando todos os meios a serem empregues pertencem à sociedade e devem ser usados em nome dela, de acordo com um plano único, é preciso que todas as decisões referentes às medidas a serem adoptadas estejam submetidas a uma perspectiva "social". Até agora o progresso da civilização tem sido acompanhado por uma constante limitação da esfera em que os actos individuais se acham sujeitos a regras fixas. As normas que constituem o nosso código moral têm-se tornado cada vez menos numerosas e de carácter mais geral.

A adopção de um código comum de ética seria uma inversão desta tendência. O essencial para nós é que tal código ético completo não existe. A tentativa de dirigir toda a actividade económica de acordo com um plano único suscitaria questões cuja solução somente as regras morais poderiam fornecer, mas para as quais a moral em vigor não tem resposta.

Além de não possuímos uma escala que inclua todos os valores, seria impossível a qualquer intelecto abarcar a infinita gama de necessidades diferentes de diferentes indivíduos que competem entre si pela posse dos recursos disponíveis e atribuir um peso definido a cada uma delas.

O fundamental é que cada pessoa só se pode ocupar de um campo limitado, só se dá conta de um número limitado de necessidades.

O individualismo não parte do pressuposto de que o homem seja egoísta. Parte do facto incontestável de que os limites dos nossos poderes de imaginação nos impedem de incluir na nossa escala de valores mais do que uma parcela das necessidades da sociedade inteira. Tal escala só pode existir na mente de cada um; segue-se então que apenas existem escalas parciais de valores.

Os chamados "fins sociais" e a acção comum acerca deles limita-se, assim, aos campos em que as pessoas concordam acerca de objectivos comuns. Quando os indivíduos se aliam num esforço conjunto para realizar objectivos comuns, eles conferem às organizações que criam para tais fins um sistema próprio de objectivos e os seus próprios meios de acção. O Estado é uma dessas organizações. A eficácia da acção dessas organizações vai depender do grau de consenso entre as pessoas.

Não é só quando o Estado assume o controle directo em campos onde esse consenso ou acordo não existe que ele acaba por suprimir a liberdade individual. Quando as autoridades centrais e locais controlam directamente o uso de mais de metade do rendimento nacional, acabam controlando indirectamente quase toda a vida económica da nação.

Com frequência o planeamento é invocado para atender a um suposto "bem comum" ou "bem-estar comum", expressões que apenas ocultam a ausência de um verdadeiro acordo entre as pessoas. Verificar-se-á, então, que há consenso sobre a conveniência do planeamento, mas não sobre os fins do plano.

Cresce a impressão, entre os defensores do planeamento, de que a gestão económica deve ser confiada a especialistas e afastada da área política, do poder legislativo inclusive. Torna-se difícil então o convívio do planeamento com a democracia.

O grande mérito do liberalismo é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso [e que ficam], portanto, [fora da] esfera das decisões individuais. O planeamento conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção. É injustificado supor que, enquanto o poder for conferido pelo processo democrático, ele não poderá ser arbitrário. Se uma democracia decide empreender um programa que implique necessariamente o uso de um poder não pautado por normas fixas, este tornar-se-á um poder arbitrário.

VI. O PLANEAMENTO E O ESTADO DE DIREITO

A característica que mais claramente distingue um país livre de outros que estão submetidos a um governo arbitrário é a observância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como o Estado de Direito, e que reduzem tanto quanto possível o arbítrio das autoridades. **Sob o Estado de Direito impede-se que o governo anule os esforços individuais mediante acção *ad hoc*.**

A distinção que estabelecemos entre a criação de uma estrutura permanente de leis – no âmbito da qual a actividade produtiva é orientada por decisões individuais – e a gestão das actividades económicas por uma autoridade central caracteriza-se, assim, como um caso particular da distinção mais geral entre Estado de Direito e governo arbitrário.

A autoridade planeadora não pode limitar-se a criar oportunidades a serem utilizadas por pessoas desconhecidas como lhes aprouver. Não pode sujeitar-se de antemão a regras gerais e formais que impeçam a arbitrariedade. Ela deve prover necessidades reais das pessoas na medida em que forem surgindo, e depois determinar quais delas são prioritárias. No final, a opinião de alguém determinará quais os interesses preponderantes; e essa opinião passará a integrar a legislação do país, impondo ao povo uma nova categoria social.

A distinção entre Direito formal, ou Justiça, e normas substantivas é muito importante. A distinção entre elas assemelha-se à diferença que há entre um regulamento geral de trânsito e normas específicas dizendo às pessoas aonde ir. O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais, deixando os indivíduos livres em tudo o que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar as suas acções.

As normas gerais, as verdadeiras leis, em contraposição às determinações específicas, devem ser configuradas de modo a actuarem em circunstâncias que não podem ser previstas em detalhe, tornando impossível conhecer de antemão o seu efeito sobre pessoas ou objectivos determinados. Só nesse sentido o legislador será imparcial. Mas sempre que são conhecidos os efeitos precisos da política governamental sobre determinados indivíduos, sempre que o governo visa directamente determinados resultados, ele não pode deixar de conhecê-los e, portanto, não pode ser imparcial. Dessa maneira, favorece uma das partes e impõe as suas preferências. Mais ainda, quando os resultados particulares são previstos na ocasião em que se faz uma lei, esta converte-se num instrumento usado pelo legislador para controlar o povo.

Quando o planeamento se aplica a determinado sector económico, surge o problema do interesse específico das pessoas envolvidas no plano. À medida que o planeamento se torna mais amplo, vai sendo necessário deixar a decisão do caso concreto ao poder discricionário da autoridade competente, com a consequente agressão aos princípios do Estado de Direito.

Não há dúvida de que o planeamento envolve, necessariamente, uma discriminação intencional entre as necessidades particulares de diferentes pessoas, e permite que um indivíduo realize aquilo que outro deve ser impedido de realizar.

A igualdade formal, perante a lei, colide e é de facto incompatível com qualquer actividade do governo que vise uma igualdade material ou substantiva, intencional, entre os diferentes indivíduos. Qualquer política de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito: para proporcionar resultados iguais para pessoas diferentes, é necessário tratá-las de maneira diferenciada. Para o Estado de Direito ser uma realidade, a existência de normas aplicadas sem excepções é mais importante do que o seu conteúdo.

A imprevisibilidade dos efeitos concretos, que é a característica distintiva das leis formais de um sistema liberal, reveste-se também de importância porque contribui para desfazer um equívoco acerca da natureza deste sistema: a ideia de que a sua atitude característica é a inacção do Estado. Está claro que o Estado tem de agir; mas o importante é saber se o indivíduo pode prever a acção do Estado e utilizar esse conhecimento como um dado na elaboração dos seus propósitos pessoais.

O Estado de Direito só teve solução consciente durante a era liberal, e é uma das suas maiores realizações, não só como uma salvaguarda mas como a concretização jurídica da liberdade. Nunca o Estado de Direito foi tão ameaçado como o é hoje. Afirmar que num país com planeamento central o Estado de Direito não pode subsistir não equivale a dizer que os actos do governo não são legais. Significa apenas que o emprego dos poderes coercivos do governo já não será limitado por normas preestabelecidas. Mas para que a lei permita às autoridades dirigir a vida económica, deve conceder-lhes o poder de tomar e impor decisões em circunstâncias que não podem ser previstas. Por conseguinte, à medida que o planeamento se amplia, torna-se cada vez mais comum a delegação dos poderes legislativos em diversas comissões e autoridades.

A experiência dos vários países da Europa Central demonstrou amplamente até que ponto a admissão, ainda que apenas formal, dos direitos individuais ou da igualdade de direito das minorias perde todo o valor num Estado que empreende o controle integral da vida económica.

VII. CONTROLE ECONÓMICO E TOTALITARISMO

Para ser submetido a um controle consciente, o complexo sistema de actividades inter-relacionadas que constitui a economia terá de ser dirigido por uma única equipa de especialistas, devendo a responsabilidade e o poder ficar a cargo de um chefe supremo, cujos actos não poderão ser tolhidos pelos processos democráticos. Para iludir esta situação, os planeadores alegam que essa gestão autoritária se aplicará "apenas" às questões económicas.

A ideia de que o poder exercido sobre a vida económica só afecta questões de importância secundária – ideia que leva as pessoas a menosprezar a ameaça à liberdade de acção no campo económico – **é de todo infundada**. Ela decorre em parte da noção errónea de que existem objectivos puramente económicos, separados dos outros objectivos da existência. **Rigorosamente falando, não existe "interesse económico", mas apenas factores económicos que condicionam os nossos esforços pela obtenção de outros fins.**

A questão suscitada pelo planeamento não consiste apenas em determinar se teremos condições de satisfazer o que consideramos as nossas necessidades mais (ou menos) importantes segundo as nossas preferências. Consiste em determinar se cabe a nós decidir o que nos é de maior ou menor importância ou se essa decisão será tomada pelo planeador.

A autoridade que dirigisse a actividade económica controlaria também a alocação dos meios escassos e os fins a que seriam destinados. O planeamento central significa que o problema económico será resolvido pela comunidade, e não pelo indivíduo. O poder do planeamento sobre a nossa vida privada seria total, mesmo que ele resolvesse não exercê-lo mediante o controle directo do consumo. E não seria apenas no que se refere à nossa condição de consumidores, nem mesmo especialmente nessa qualidade, que a vontade do governo daria forma e "orientação" à nossa vida quotidiana. Fá-lo-ia sobretudo na nossa condição de produtores, com a consequente restrição da nossa autonomia individual.

Para tornar exequível a imensa tarefa de planear, as autoridades terão de reduzir a diversidade das inclinações e capacidades humanas a umas poucas categorias de unidades facilmente permutáveis, desprezando as pequenas diferenças pessoais. Embora o objectivo declarado do planeamento seja o de dar condições ao homem para que deixe de ser um simples meio, na realidade o indivíduo tornar-se-ia mais do que nunca um simples meio, usado pela autoridade ao serviço de abstrações como o "bem-estar social" ou o "bem comum".

Estaríamos incorrendo em grave erro se procurássemos iludir estas apreensões julgando que a adopção do planeamento central significaria apenas um retorno, após breve período de liberdade económica, aos controles e restrições que têm governado a actividade económica ao longo de quase toda a história, e que por isso as violações da liberdade pessoal não seriam maiores do que eram antes da era do *laissez-faire*.

VIII. O QUÊ, A QUEM?

Uma das objecções à concorrência é que ela é "cega". É, no entanto, oportuno lembrar que, para os antigos, a cegueira era o atributo da deusa da justiça. A concorrência e a justiça são dignas de elogio justamente por não admitirem discriminação entre as pessoas.

O nosso problema não é a escolha entre um sistema em que cada um receberá o que merece, de acordo com um padrão absoluto e universal de justiça, e um sistema em que a parcela de cada um seja determinada em parte pelo acaso ou pela sorte; é a escolha entre um sistema em que a vontade [dos planeadores] decide a quem caberá isto ou aquilo e outro em que essa parcela depende, pelo menos em parte, da habilidade e da iniciativa dos indivíduos e, também em parte, das circunstâncias.

No regime de concorrência, as oportunidades ao alcance dos pobres são muito mais limitadas do que as acessíveis aos ricos. Mas, ainda assim, em tal regime o pobre tem mais liberdade do que um indivíduo que desfrute de mais conforto material numa sociedade de outro tipo.

Já esquecemos o que significa a falta de liberdade; essa é a razão pela qual muitas vezes não percebemos que, em todos os sentidos, um trabalhador não-especializado e mal pago tem, em Inglaterra, mais liberdade de escolher o rumo da sua vida do que muitos empresários na Alemanha [em 1944].

O ideal de justiça da maioria dos socialistas seria satisfeito com a simples abolição do rendimento privado resultante das propriedades, permanecendo inalteradas as diferenças entre os

rendimentos individuais do trabalho. A nossa geração esqueceu que a propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários mas também para os que não o são. Se todos os meios de produção pertencessem a uma única entidade, fosse ela a "sociedade" como um todo ou um ditador, [alguém] teria controle absoluto sobre nós.

Decidir a participação de cada indivíduo no rendimento nacional envolve dificuldades políticas e sociais tão evidentes que até o mais inveterado planeador hesitará antes de encarregar qualquer autoridade dessa tarefa. Provavelmente preferiria limitar o planeamento à produção, organizando-a de modo "mais racional".

À medida que se torna evidente que a situação do indivíduo não é determinada por forças impessoais, como resultado da concorrência, mas pela decisão de uma autoridade, mudará necessariamente a atitude de cada um para com a sua posição na ordem social. A desigualdade gerada por forças impessoais é mais bem suportada e afecta menos a dignidade do indivíduo do que quando é intencional. E quando o governo empreende o planeamento tendo a justiça como objectivo, não pode furtar-se à responsabilidade pelo destino ou posição de cada cidadão. O problema da posição dos diferentes indivíduos passa a ser a questão política predominante; na realidade, toda a vida económica se torna politizada. O problema do sistema socialista passa a ser: quem planeia a vida de quem?

O planeamento bem-sucedido exige a criação de uma opinião comum sobre valores essenciais; é por isso que a restrição da nossa liberdade no que diz respeito a coisas materiais atinge de modo tão directo a nossa liberdade espiritual.

Não se justifica um plano concreto por uma convicção racional, mas pela aceitação de uma fé.

IX. SEGURANÇA E LIBERDADE

A ideia de segurança é vaga e ambígua e, por isso, a aprovação geral da reivindicação de segurança pode tornar-se um perigo para a liberdade. Quando a segurança é entendida num sentido absoluto, o empenho geral em conquistá-la, ao invés de possibilitar maior liberdade, torna-se a mais grave ameaça a esta.

Há duas espécies de segurança: a limitada, que pode ser conquistada por todos e, por conseguinte, não constitui privilégio, mas objecto de legítimas aspirações; e a segurança absoluta, que numa sociedade livre não pode ser conquistada para todos e que não deveria ser concedida como um privilégio, excepto em casos muito especiais, como no dos juízes de direito.

Não há razão para que, numa sociedade que atingiu um nível de riqueza como o da nossa, a primeira forma de segurança não seja garantida a todos sem que isso ponha em risco a liberdade geral. No tocante a alimentação, roupas e habitação, é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho. É justificável também que o Estado auxilie na organização de um esquema abrangente de previdência social. O mesmo se pode dizer da assistência pública às vítimas de catástrofes naturais. Há, finalmente, o problema das flutuações económicas e os surtos de desemprego, que merece cuidadosa atenção, mas que não precisa de um planeamento central que substitua o mercado.

O planeamento que tem efeito tão insidioso sobre a liberdade é aquele que se destina a proteger indivíduos ou grupos contra a redução dos seus rendimentos, contra perdas que impõem duras privações sem justificação moral, e que, contudo, são inseparáveis do sistema competitivo de mercado. Essa espécie de segurança não parece conciliável com a livre escolha de ocupação. Para que a escolha de ocupações seja livre, a garantia de um determinado rendimento não pode ser concedida a todos. E se for concedida a alguns privilegiados, haverá prejuízo para outros, cuja segurança será então diminuída. Decisões desse tipo são, ademais, arbitrarias.

No mundo que conhecemos, é improvável que um indivíduo dê o melhor de si por muito tempo, a menos que o seu interesse esteja directamente envolvido. A maioria das pessoas necessita de alguma pressão externa para se esforçar ao máximo. A aplicação da engenharia social a toda uma nação – e é isso o que significa *planeamento* – gera problemas disciplinares de difícil solução.

Temos de lidar com um conflito entre dois tipos irreconciliáveis de organização social e que têm sido denominados de *sociedade comercial* e *sociedade militar*. Talvez os termos não sejam adequados, mas o facto é que estamos diante de um dilema real, sem uma terceira alternativa: ou tanto a escolha como o risco recaem sobre o indivíduo, ou ele é eximido de ambos. O exército, entre as instituições conhecidas, é a que mais se aproxima do segundo tipo de organização, onde tanto o trabalho como o trabalhador são designados pela autoridade. Esse é o único tipo de sistema que pode oferecer plena segurança económica, mas à custa das restrições à liberdade. E numa sociedade afeita à liberdade, não é provável que muitos se disponham a comprar a segurança a tal preço.

No sistema de mercado, a segurança só pode ser concedida a determinados grupos mediante o género de planeamento conhecido como "restricionismo". O "controle", isto é, a limitação da produção

de modo que os preços assegurem um ganho "adequado", é o único meio pelo qual se pode garantir um certo rendimento aos produtores numa economia de mercado. Mas isso reduz as oportunidades para as demais pessoas. Qualquer restrição à liberdade de entrada numa profissão reduz a segurança de todos os que se acham fora dela.

Quanto mais nos esforçamos para proporcionar completa segurança interferindo no mercado, tanto maior se torna a insegurança; e, o que é pior, maior o contraste entre a segurança que recebem os privilegiados e a crescente insegurança dos menos favorecidos. E, conforme disse Benjamin Franklin, "aqueles que se dispõem a renunciar à liberdade essencial em troca de uma pequena segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança".

X. COMO OS PIORES CHEGAM AO PODER

Há razões de sobra para se crer que os aspectos que consideramos mais detestáveis nos sistemas totalitários existentes não são subprodutos acidentais, mas fenómenos que, cedo ou tarde, o totalitarismo produzirá. Assim como o estadista democrata que se opõe a planear a vida económica não tardará a defrontar-se com o dilema de assumir poderes ditatoriais ou abandonar o seu plano, também o ditador totalitário logo teria de escolher entre o fracasso e o desprezo da moral comum. É por essa razão que os homens sem escrúpulos têm mais probabilidades de êxito numa sociedade que tende para o totalitarismo.

A questão que analisaremos é que atitudes morais serão geradas por uma organização colectivista da sociedade, e por quais ideias morais tal sociedade tenderá a ser dirigida? As ideias dependerão em parte das qualidades dos que conduzem os indivíduos ao sucesso num sistema totalitário e, em parte, das exigências do mecanismo totalitário.

Para a liderança do movimento as pessoas procuram um homem que goze de sólido apoio, de modo a inspirar confiança quanto à sua capacidade de realizar o que pretende. E aqui entra em cena o novo tipo de partido, organizado em moldes militares.

Embora os partidos socialistas tivessem poder político suficiente para obter os seus fins, desde que resolvessem empregar a força, tiveram relutância em fazê-lo. Sem o saber, tinham assumido uma tarefa que só poderia ser executada por homens implacáveis, prontos a desprezar as barreiras da moral reinante.

Muitos reformadores sociais aprenderam, no passado, que o socialismo só pode ser posto em prática por métodos que seriam condenados pela maioria dos socialistas.

Há três razões para que um grupo numeroso, forte e de ideias bastante homogêneas não tenda a ser constituído pelos melhores, e sim pelos piores elementos: 1. Quanto mais elevada a educação e a inteligência dos indivíduos, tanto mais se diferenciam os seus gostos e opiniões, e menor é a possibilidade de concordarem sobre determinada hierarquia de valores. Portanto, **se queremos lograr um alto grau de uniformidade e semelhança de pontos de vista, teremos de descer às camadas em que os padrões morais e intelectuais são inferiores e prevalecem os instintos mais primitivos.** 2. As autoridades ou o ditador conseguirão o apoio dos dóceis e dos simplórios, que não têm fortes convicções próprias, mas que estão prontos a aceitar um sistema de valores previamente elaborado, contanto que este lhes seja apregoado com estrépito e insistência. 3. Parece ser mais fácil aos homens concordarem sobre um programa negativo – ódio a um inimigo ou inveja aos que estão em melhor situação – do que sobre qualquer plano positivo.

Uma das contradições inerentes à filosofia colectivista é que, embora baseada na moral humanista aperfeiçoada pelo individualismo, ela só se mostra praticável no interior de um grupo relativamente pequeno. Enquanto permanece teórico, o socialismo é internacionalista; mas ao ser posto em prática, na Alemanha ou na Rússia, torna-se violentamente nacionalista. No colectivismo não há lugar para o amplo humanitarismo do liberal[ismo], mas apenas para o estreito particularismo do totalitário.

Se a "comunidade" ou o Estado têm prioridade sobre os indivíduos, se possuem objectivos próprios superiores aos destes e deles independentes, só os indivíduos que trabalham para tais objectivos podem ser considerados membros da comunidade. Como consequência, uma pessoa só é respeitada na qualidade de membro do grupo, se coopera para os objectivos comuns reconhecidos, e toda a sua dignidade deriva dessa cooperação, e não da sua condição de ser humano.

Enquanto para os grandes filósofos sociais individualistas do século XIX e mesmo para socialistas contemporâneos como Bertrand Russel, que herdaram a tradição liberal, o poder sempre se figurou o supremo mal, para o colectivista puro ele é um fim em si mesmo.

É erróneo afirmar que o grande poder exercido por uma comissão de planeamento central não seria maior do que o poder exercido conjuntamente pelas directorias das empresas privadas. Numa

sociedade baseada na concorrência, ninguém exerce uma fração sequer do poder que uma comissão planeadora socialista concentraria nas suas mãos.

Já vimos que a separação dos objectivos políticos e dos objectivos económicos representa uma garantia essencial da liberdade individual e como, em consequência, tal separação é atacada pelos colectivistas. **Devemos acrescentar agora que a "substituição do poder económico pelo político" significa necessariamente a substituição de um poder sempre limitado por um outro ao qual ninguém pode escapar.**

O sistema colectivista não deixa à consciência individual a liberdade de aplicar as suas regras próprias, nem mesmo conhece quaisquer regras gerais cuja prática seja exigida ou permitida ao indivíduo em todas as circunstâncias.

Como o direito formal, as regras da ética individualista são gerais e absolutas, por mais imprecisos que possam parecer certos aspectos. Prescrevem ou proíbem um tipo geral de acção, sem levar em conta se num caso específico o objetivo último é bom ou mau. Na ética individualista, o princípio de que o fim justifica os meios é considerado a negação de toda a moral. Na ética colectivista, [esse princípio] torna-se a regra suprema; não há literalmente nada que o colectivista coerente não deva estar pronto a fazer, desde que contribua para o "bem da comunidade", porque o "bem da comunidade" é para ele o único critério que justifica a acção.

Seria, no entanto, injusto considerar as massas que sustentam um regime totalitário destituídas de qualquer fervor moral, só porque prestam apoio irrestrito a um sistema que a nós se afigura a negação dos melhores valores morais. Para a sua grande maioria, é justamente o contrário que se verifica: a intensidade das emoções morais em que repousa um movimento como o nazi ou o comunista talvez só possa ser comparado à dos grandes movimentos religiosos da história. Uma vez admitido que o indivíduo é simples instrumento para servir os fins da entidade superior – sociedade ou nação – manifesta-se necessariamente a maior parte dessas características dos regimes totalitários que nos encham de horror. **Onde existe uma finalidade comum e soberana, não há lugar para uma moral ou para normas gerais.** Quando toda a sociedade é dominada por alguns fins específicos, é inevitável que, uma vez por outra, a crueldade se torne um dever. Para ser um auxiliar útil na administração de um estado totalitário, não basta que um indivíduo esteja pronto a aceitar justificações capciosas de actos abomináveis; deve estar preparado para violar efectivamente qualquer regra moral de que tenha conhecimento, se isso parecer necessário à realização do fim que lhe foi imposto.

XI. A ABOLIÇÃO DA VERDADE

Para que um sistema totalitário funcione com eficiência, não basta que todos sejam obrigados a trabalhar para os mesmos fins; é essencial que o povo passe a considerá-los os seus fins pessoais. Se o sentimento de opressão nos países totalitários é em geral bem menos agudo do que muitos imaginam nos países liberais, é porque os governos totalitários conseguem em parte fazer o povo pensar como eles querem. Isso é realizado pelas várias formas de propaganda.

Quando todas as formas de informação corrente se acham sob um controle efectivo único, não se tem apenas uma situação em que se tenta persuadir o povo disto ou daquilo. O hábil disseminador de propaganda terá então o poder de manipular as mentes da forma que lhe aprouver.

Embora, num Estado totalitário, a posição ocupada pela propaganda confira a este instrumento um poder incomparável sobre as mentes, os efeitos morais peculiares que ela produz não decorrem da técnica mas do objectivo e da amplitude da propaganda totalitária. Caso o seu objectivo fosse unicamente ensinar ao povo um código moral definido e abrangente, o problema se restringiria a saber se esse código é bom ou mau. As consequências morais da propaganda totalitária que vamos analisar são, no entanto, de uma natureza ainda mais profunda. Elas destroem todas as regras morais porque minam um dos fundamentos de toda a ética: o senso da verdade e o respeito por ela. É necessário fazer com que as pessoas concordem não apenas com as finalidades últimas, mas também com as ideias sobre os factos e as possibilidades em que se baseiam as medidas específicas.

Embora caiba à autoridade planeadora decidir constantemente sobre questões de mérito em que não existem regras morais definidas, ela ver-se-á obrigada a justificar tais decisões perante o povo. A necessidade de encontrar um pretexto para justificar as preferências e antipatias obrigará o planeador a inventar teorias, um processo de criação de mitos que justifiquem os actos do líder totalitário. A necessidade de doutrinas oficiais para dirigir os esforços do povo foi prevista pelos teóricos do totalitarismo. As "nobres mentiras" de Platão e os mitos de Sorel atendem ao mesmo objectivo da doutrina social do nazismo ou da teoria do Estado corporativo de Mussolini.

No processo de condução do povo no caminho do líder, a palavra mais deturpada é, evidentemente, "liberdade". A liberdade que conhecemos foi aniquilada em nome de uma nova liberdade prometida ao povo. Existem até "planeadores da liberdade" que prometem uma "liberdade

colectiva". A palavra "liberdade" não foi a única a ser deturpada: o mesmo aconteceu com "justiça" e "lei", "direito" e "igualdade".

Os factos e as teorias tornam-se objecto de uma doutrina oficial, na mesma medida em que as opiniões sobre valores. Escolas, imprensa, rádio e cinema passam a ser usados para a disseminação das ideias das autoridades, sejam elas certas ou erradas. Não há campo que escape ao controle sistemático das informações; mesmo aqueles que aparentemente não parecem ter importância política. É característico do espírito totalitário, por exemplo, condenar toda atividade humana exercida por prazer, sem propósitos ulteriores. Tudo passa a ser dirigido por "uma concepção unitária de conjunto". **A própria palavra "verdade" perde o seu antigo significado, passando a ser algo definido pelas autoridades.**

O desejo de impor ao povo uma ideologia considerada salutar para ele não é um facto novo. Novo é o argumento que procura justificar tais tentativas. Alega-se que na nossa sociedade não existe a verdadeira liberdade de pensamento, porque as opiniões e os gostos das massas são moldados pela propaganda, pela publicidade, pelo exemplo das classes superiores e por outros factores ambientais que obrigam o pensamento a conformar-se com padrões estabelecidos.

O aspecto trágico do pensamento colectivista é que, ao tentar tornar a razão a instância suprema, acaba destruindo-a por interpretar de forma errónea o processo do qual depende o desenvolvimento dessa mesma razão.

XII. AS RAÍZES SOCIALISTAS DO NAZISMO

É um engano considerar o nacional-socialismo uma simples revolta contra a razão, um movimento irracional sem antecedentes intelectuais. Se assim fosse, constituiria um perigo bem menor. As doutrinas do nacional-socialismo representam o ponto culminante de uma longa evolução de ideias. O sistema desenvolveu-se com coerência implacável. Uma vez aceites as suas premissas, não se pode fugir à sua lógica. Trata-se simplesmente do colectivismo libertado de todos os vestígios de uma tradição individualista que pudessem impedir-lhe a realização.

No início, as ideias nazis eram aceites apenas por uma minoria, mas em seguida passaram a conquistar o apoio da maioria do povo. O apoio veio-lhes exactamente dos socialistas, e não de uma burguesia.

As doutrinas pelas quais, na geração anterior, as lideranças alemãs se tinham pautado não se opunham aos elementos socialistas [comungados com o nazismo], mas sim aos elementos liberais, o seu internacionalismo e a sua [ligação à] democracia. Foi estreita, desde o início, a relação entre socialismo e nacionalismo. Os mais ilustres precursores do nacional-socialismo são reconhecidos, ao mesmo tempo, como fundadores do socialismo.

A histeria da guerra de 1914 que, por causa da derrota alemã [em 1918], nunca se extinguiu por completo, é o ponto inicial dos desdobramentos mais recentes que produziram o nacional-socialismo.

Representante importante desse processo foi Werner Sombart, que a princípio era marxista e dedicava especial aversão ao capitalismo. Segundo ele, os verdadeiros ideais alemães de uma vida heróica estavam, antes de 1914, ameaçados de desaparecer por causa do avanço contínuo do pensamento mercantil inglês, do conforto inglês, do desporto inglês, avanço esse que começava a contagiar outros povos. Para Sombart, considerar a guerra algo desumano e insensato é um produto da mentalidade mercantil. Há uma vida superior à vida individual – a vida do povo e do Estado – e a finalidade do indivíduo é sacrificar-se por essa vida superior.

Outros intelectuais alemães formularam ideias muito parecidas, como Johann Plenge, Walther Rathenau, Friedrich Nauman, Lensch, Oswald Spengler e van den Bruck. Propunham a submissão do indivíduo ao todo e o planeamento central de todos os aspectos da vida. A luta contra todas as formas do liberalismo que derrotara a Alemanha alimentava-se desta ideia comum que uniu numa frente única socialistas e conservadores.

XIII. OS TOTALITÁRIOS NO MEIO DE NÓS

É provável que a própria enormidade das violências cometidas pelos governos totalitários, ao invés de aumentar o receio de que tal sistema possa surgir um dia em Inglaterra, tenha fortalecido a certeza de que "isso não pode acontecer aqui". Não esqueçamos, porém, que, há quinze anos, a possibilidade de tal coisa vir a acontecer na Alemanha não pareceria menos fantástica. Não é com a Alemanha de hoje, mas com a Alemanha de há vinte ou trinta anos que as nossas condições actuais denotam uma semelhança crescente. Muitos aspectos, então considerados "tipicamente alemães", hoje [em 1944] são familiares em Inglaterra, e muitos sintomas fazem prever outros avanços na mesma direcção. O mais significativo deles é a crescente analogia entre os pontos de vista da direita e da

esquerda no campo da economia e a sua comum oposição ao liberalismo. Além disso, há a crescente veneração pelo Estado, a admiração pelo poder e pela grandeza em si mesma e o entusiasmo pela "organização" em todos os campos (que agora chamamos "planeamento").

Não é exagero dizer que os autores de obras sobre problemas políticos ou sociais que pareçam então mais tipicamente ingleses são os mais esquecidos hoje em dia. Talvez nada revele com maior nitidez essa transformação do que a constante simpatia com que a liberdade inglesa contemporânea se refere a Bismarck.

Embora, em Inglaterra, poucos estivessem dispostos a aceitar o totalitarismo *in totum*, raros são os aspectos desse sistema que ainda não tenhamos sido aconselhados a imitar por este ou aquele autor. Como sucedeu na Alemanha, a maioria das obras que estão preparando o caminho para a adopção de processos totalitários neste país [Inglaterra] são produto de idealistas sinceros e muitas vezes de homens de considerável força intelectual.

Dialogando com as pessoas que falam sobre a necessidade de contrapor "grandes" ideias às "pequenas" ideias e de substituir o velho pensamento "estático" ou "parcial" por um pensamento novo, "dinâmico" e "global", começamos a compreender que aquilo que a princípio se afigura um absurdo puro e simples é um sinal da mesma atitude intelectual cujas manifestações são as únicas que nos interessam neste livro.

Um exemplo do que temos em mente são os livros do Prof. E. H. Carr: *Twenty Years Crisis* e *Conditions of Peace*. No primeiro deles, Carr confessa a sua filiação intelectual em Hegel e Marx.

Para o Prof. Carr, o processo em curso na Alemanha seguia apenas uma tendência histórica inevitável. Por outro lado, o menosprezo desse autor por todas as ideias dos economistas liberais é tão profundo quanto o de qualquer autor alemão citado no capítulo anterior deste livro.

Escrevendo sobre "as funções morais da guerra", Carr lastima que pessoas bem-intencionadas persistam em ver a guerra como algo insensato e sem propósito, rejubilando, por seu lado, com o "sentimento de que a vida tem significado e propósito criado pela guerra, o mais poderoso instrumento de solidariedade social".

Outro autor que merece atenção é o Dr. C. H. Waddington, cujo pequeno livro, *The Scientific Attitude*, é um bom exemplo da literatura activamente patrocinada pelo semanário *Nature*, que combina as reivindicações de maior poder político para os cientistas com a ardente defesa de um "planeamento" em grande escala.

Segundo o Dr. Waddington, o cientista possui qualificação para dirigir uma sociedade totalitária, pois "a ciência é capaz de julgar a conduta humana do ponto de vista ético".

O livro sobre a "atitude científica" nada tem de científico quando aborda questões sociais e económicas. Como em todas as obras deste género, as convicções de Waddington são em grande parte determinadas pela sua crença nas "tendências históricas inevitáveis" que a ciência teria descoberto.

Um exame mais completo das variadas tendências totalitárias em Inglaterra deveria dedicar considerável atenção às várias tentativas de criar uma espécie de socialismo da classe média, as quais revelam uma semelhança com tendências equivalentes na Alemanha pré-hitlerista.

No campo dos movimentos políticos propriamente ditos não se pode deixar de levar em conta duas novas organizações – a *Forward March* e a *Common Wealth* – ambas apontando na mesma direção. Trata-se de uma acção política deliberadamente planeada pelos organizadores capitalistas de monopólios de inspiração corporativista, em que os setores industriais assumiriam o caráter de "domínios" semi-independentes e autárquicos. Acontece que o Estado que permitisse tão grandes concentrações de poder não consentiria que este repousasse inteiramente no controle privado. E um sistema em que grandes grupos privilegiados tiram proveito dos lucros do monopólio pode ser politicamente muito mais perigoso do que aqueles em que os lucros se concentram nas mãos de poucos.

Há sérias razões para duvidar que, mesmo naqueles casos em que o monopólio é inevitável, o melhor meio de controlá-lo seja entregá-lo ao Estado. **O monopólio privado raramente é total, e ainda mais raramente é de longa duração. Mas um monopólio do Estado é sempre um monopólio protegido pelo Estado.**

Nos casos em que o monopólio é inevitável, é provável que a estratégia de um forte controle estatal sobre os monopólios privados ofereça resultados mais satisfatórios do que a administração pelo Estado.

O problema do monopólio não seria tão complexo se tivéssemos de lutar apenas contra o capitalista monopolizador. Mas preocupa o crescimento do monopólio resultante em grande parte da colaboração intencional entre o capital organizado e o trabalho organizado.

Um dos espetáculos mais lamentáveis da nossa época é ver um grande movimento democrático amparar uma política que acabará por destruir a democracia e que só beneficiará a minoria que o apoia. Contudo, é esse apoio da esquerda às tendências monopolizadoras que as torna tão irresistíveis, e tão sombrias as perspectivas do futuro.

É uma experiência deprimente estudar o actual programa do Partido Trabalhista britânico, agora empenhado na criação de uma "sociedade planeada". Há vinte e cinco anos talvez houvesse alguma justificação para se defender a ideia ingénua de que uma sociedade planeada pode ser muito mais livre do que o sistema competitivo de mercado. Mas não agora, com a experiência acumulada que aponta na direcção contrária.

XIV. CONDIÇÕES MATERIAIS E OBJECTIVOS IDEAIS

Agrada muito à nossa geração pensar que dá menos importância a considerações de ordem económica que seus pais e avós. Há veracidade nesta mudança? Quando examinamos as principais razões com que se procura justificar a reconstrução social, quase todas mostram ser de natureza económica, o que contradiz a ideia do fim do *homem económico*.

Num sentido diferente, todavia, é indubitável que a nossa geração se mostra menos inclinada e intolerante que as anteriores perante considerações económicas. Impaciente e intolerante com qualquer restrição às suas ambições imediatas, não quer curvar-se ante as necessidades económicas. O homem passou a encarar com ódio e revolta as forças impessoais a que se submetia no passado. Essa revolta reflete um fenómeno mais geral, uma nova relutância em submeter-se a qualquer regra cujo fundamento lógico não seja compreendido.

É natural que, ao tornar-se mais complexo o mundo em que vivemos, cresça a nossa resistência às forças que não compreendemos e que interferem nos nossos planos. A resposta a esta questão dependerá sempre de um número tão grande de circunstâncias que nenhum cérebro será capaz de compreendê-la.

Foi a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização. O ponto crucial está no facto de que é muito mais difícil compreender racionalmente a necessidade de submeter-se a forças cuja actuação não podemos entender em detalhe do que fazê-lo animados da humilde veneração inspirada pela religião, ou mesmo pelo respeito pelas doutrinas económicas.

A recusa em ceder a forças que não podemos compreender nem reconhecer como decisões conscientes de um ser inteligente é fruto de um racionalismo incompleto e, portanto, erróneo.

Têm razão aqueles que argumentam que adquirimos um enorme domínio sobre as forças da natureza, mas estamos atrasados na utilização eficiente das possibilidades de colaboração social.

Enganam-se, porém, quando levam mais longe a comparação, afirmando que devemos aprender a dominar [essas formas de colaboração social]. Ora, esse é o caminho do totalitarismo, e a liberdade individual é inconciliável com a supremacia de um objectivo único ao qual a sociedade inteira tem de se submeter num regime totalitário. A única excepção, neste caso, é constituída pela guerra e as calamidades temporárias, que exigem a mobilização social em redor de um objectivo social temporariamente soberano.

É importantíssimo que tenhamos ampla visão da tarefa que enfrentaremos após a guerra, e que percebamos claramente aquilo que podemos ter esperança de realizar.

No caso do problema do desemprego, se os sindicatos resistirem com êxito a uma redução dos salários, restarão apenas duas alternativas: usar a coacção ou deixar que aqueles que já não podem ser empregados com os salários relativamente altos recebidos durante a guerra permaneçam desempregados.

Não há dúvida de que, depois da guerra, o bom senso na direcção dos nossos assuntos económicos será ainda mais importante do que antes, e de que o destino da nossa civilização dependerá sobretudo da maneira como resolvermos os nossos problemas económicos.

As nossas esperanças de evitar o destino que nos ameaça devem repousar na perspectiva de retomar um progresso económico acelerado, para cujo fim devemos estar prontos a adaptarmo-nos com rapidez às mudanças. A única possibilidade de construirmos um mundo decente está em podermos continuar a melhorar o nível de riqueza. Senão, a moderna democracia entrará em colapso.

A nossa geração corre o perigo de esquecer não só que a moral é por essência um fenómeno de condução pessoal, mas também que ela só pode existir na esfera da autonomia individual para decidir. **Fora da responsabilidade pessoal não há bondade nem maldade, nem possibilidade de mérito moral.** Só quando somos responsáveis pelos nossos interesses e livres para sacrificá-los é que a nossa decisão tem valor moral. **Nem temos o direito de ser altruístas à custa de terceiros.** A responsabilidade, não perante um superior, mas perante a própria consciência, a compreensão de um dever não imposto pela coacção, a necessidade de resolver qual das coisas a que damos valor devemos sacrificar a outras e aceitar as consequências da nossa decisão – eis aí a essência de toda regra moral que merece tal nome.

O facto de que, na esfera da conduta individual, os efeitos do colectivismo têm sido quase inteiramente destrutivos é ao mesmo tempo inevitável e inegável. **Um movimento cuja maior promessa é isentar o indivíduo da responsabilidade não pode deixar de ser antimoral nos seus efeitos.**

O colectivismo não tem como substituir as virtudes de uma sociedade individualista: independência, confiança em si mesmo e disposição para assumir riscos e cooperar voluntariamente com os nossos semelhantes. Esse vácuo não é preenchido senão pela exigência de submissão e pela coerção do indivíduo para fazer aquilo que os objectivos superiores indicam.

Como as regras de conduta dos indivíduos são o manancial de onde provêm os padrões morais que a acção política pode ter, seria na verdade surpreendente que o relaxamento dos padrões da conduta individual fosse acompanhado de uma elevação dos padrões de acção social.

A discriminação contra membros e não-membros de grupos fechados, para não falar nas pessoas de nacionalidades diferentes, é cada vez mais aceite como natural. As injustiças infligidas a indivíduos pelos governos no interesse de um ou outro grupo são olhadas com uma indiferença que beira a insensibilidade.

Nesta mudança de valores morais causada pelo avanço do colectivismo há um aspecto que actualmente [nos deve preocupar]: as virtudes [individualistas] cada vez menos apreciadas são justamente aquelas de que com razão se orgulhava o povo britânico.

Se quisermos ser bem-sucedidos na guerra de ideologias e conquistar os indivíduos honestos dos países inimigos, devemos em primeiro lugar recuperar a fé nos valores tradicionais que este país representava no passado e possuir a coragem de defender com tenacidade os ideais atacados pelos nossos inimigos.

XV. A PERSPECTIVA DA ORDEM NACIONAL

Em nenhum outro campo o mundo pagou tão caro por abandonar o liberalismo do século XIX como no das relações internacionais. O resultado do planeamento concentrado na escala nacional e à revelia dos interesses de outros países tem como resultado inevitável a acumulação de restrições ao movimento internacional de pessoas e mercadorias.

Se os recursos de cada nação forem considerados sua propriedade exclusiva, se as relações internacionais deixarem o plano individual para se tornarem cada vez mais relações entre nações inteiras organizadas como unidades comerciais, essas relações converter-se-ão inevitavelmente em causa de atritos e inveja entre os povos. As transacções económicas entre unidades nacionais que são ao mesmo tempo juízes supremos da própria conduta, que não se curvam ante nenhuma lei superior, acabarão por converter-se em choque entre nações.

Aqueles que compreendem ao menos em parte essa ameaça sugerem que o planeamento deveria dar-se a nível internacional, esquecidos, porém, de que a sua proposta poderia criar ameaças ainda piores. O conflito entre planeamento e liberdade aumenta em função das diferenças internacionais de valores e padrões de conduta. Não é difícil persuadir um povo a fazer sacrifícios para auxiliar a "sua" indústria, mas quem acredita na existência de ideais comuns de justiça distributiva que levem, por exemplo, o pescador norueguês a abrir mão dos seus interesses económicos a fim de ajudar o seu colega português ou holandês?

Se a maioria não quer compreender essas dificuldades é sobretudo porque, conscientemente ou não, presume que ela própria é que resolverá essas questões. A ideia de que se pode planear por meios democráticos a vida económica de uma vasta região habitada por muitos povos revela falta de conhecimento dos problemas que esse planeamento criaria.

A crença na possibilidade desse vasto sistema de planeamento decorre da ilusão fatal de que se as decisões fossem deixadas ao "povo", a comunhão de interesses das classes trabalhadoras logo superaria as diferenças que separam as classes dominantes. Ora, **num planeamento internacional os interesses e opiniões das classes trabalhadoras dos diferentes povos divergiriam tanto quanto os das diferentes classes de qualquer país, e as bases para um acordo equitativo seriam ainda menores.** Num sistema internacional de economia dirigida, as nações mais ricas teriam maior probabilidade de suscitar o ódio e a inveja das mais pobres do que em um regime de livre mercado.

Igualmente indefensável é a ideia do planeamento para igualar os padrões de vida. Tal planeamento começaria pela definição de uma ordem de prioridade entre as diferentes reivindicações. Não há lógica que nos permita determinar se as reivindicações do camponês pobre de um país são mais prementes ou não do que as do seu colega de outro país. Mas a nivelção do padrão de vida de ambos teria que ser decidida por alguém. Não é difícil imaginar as dificuldades práticas envolvidas na administração desse tipo de planeamento.

A organização dos recursos mundiais por órgãos mais ou menos autónomos, um sistema de vastos monopólios reconhecido pelos governos nacionais mas independente de todos eles, acabaria por converter-se no pior de todos os sistemas de operação.

É curioso observar como aqueles que se dizem os mais intransigentes realistas e que ridicularizam as "ideias utópicas" dos que advogam uma ordem política internacional consideram praticável o planeamento universal.

É significativo, por outro lado, que os mais apaixonados defensores de uma Nova Ordem para a Europa, com direção económica centralizada, revelem, com seus protótipos fabianos e alemães, o mais completo desdém pela individualidade e pelos direitos das pequenas nações.

Ao contrário de necessitarmos de uma autoridade internacional que não impeça os Estados de conservarem soberania política irrestrita, necessitamos de um poder político superior capaz de refrear os interesses económicos, funcionando como árbitro nos conflitos que surgem entre estes por não estar ele próprio envolvido. Necessitamos de uma autoridade política internacional que, sem poderes para impor aos diferentes povos o que fazer, tenha condições de impedi-los de prejudicar os outros.

Vale a pena lembrar que a ideia de que o mundo poderá encontrar a paz mediante a fusão de diferentes estados em grandes grupos federados e depois, talvez numa federação única, constitui o ideal de quase todos os pensadores liberais do século XIX.

Não conseguiremos reconstruir a nossa civilização em grande escala, e certamente não conseguiremos preservar a democracia nas mãos de uma organização tão vasta que o homem comum não a possa fiscalizar ou compreender. A experiência de países como a Suíça e a Holanda encerra muitas lições que podemos aproveitar. Mas os pequenos só podem conservar a sua independência no âmbito de um verdadeiro sistema legal que assegure a aplicação de certas normas, no qual as autoridades encarregadas de administrá-las não possam usar esse mesmo poder para qualquer outra finalidade. Uma autoridade internacional que limite o poder do Estado sobre o indivíduo será uma das melhores salvaguardas da paz. O Estado de Direito internacional deve tornar-se uma protecção tanto contra a tirania do Estado sobre o indivíduo, como contra a tirania do novo Superestado sobre as comunidades nacionais.

Empregado com prudência, o princípio federativo poderá revelar-se a melhor solução para os mais complexos problemas mundiais.

CONCLUSÃO

O importante é que devemos chegar a um consenso sobre certos princípios e libertar-nos de alguns erros que pautaram a nossa conduta nas últimas décadas. Devemos agora remover os obstáculos com que a estupidez humana obstruiu o nosso caminho e libertar a energia criadora dos indivíduos, em lugar de inventar novos mecanismos para "guiá-los" ou "dirigi-los" – criar condições favoráveis ao progresso, ao invés de "planejar o progresso". O princípio orientador – o de que **uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de facto conduz ao progresso** – permanece tão verdadeiro hoje como o foi no século XIX.

O autor do livro *O Caminho para a Servidão*, professor Friedrich A. von Hayek, nasceu em Viena, em 1899. Na famosa universidade da sua cidade natal ele obteve o seu doutoramento em Direito (1921) e um segundo doutoramento em Ciências Políticas (1923). Foi professor na London School of Economics, na Universidade de Chicago e na Universidade Albert-Ludwigs, de Freiburg, Alemanha. Escreveu 25 livros e uma enorme quantidade de artigos nos campos da economia, filosofia social, psicologia, direito, ciência política e história. Em 1974 recebeu o Prémio Nobel da Economia. Faleceu em 1992, na Alemanha.

O Caminho para a Servidão foi publicado em 1944 como um alerta, principalmente dirigido aos Ingleses, sobre o perigo de a Inglaterra enveredar pelos mesmos descaminhos da Itália fascista, da Alemanha nazi e da U.R.S.S. comunista. Trata-se de um livro diferente dos demais trabalhos publicados por Hayek. Diferente por ser uma obra de caráter político, escrita num estilo semi-panfletário.

É o próprio Hayek que nos informa no prefácio da edição inglesa de 1944: "Este é um livro político. [...] Embora seja um livro político, tenho a máxima certeza de que as convicções que nele se expressam não são ditadas pelos meus interesses pessoais".

Mas o livro é também um importante trabalho académico de crítica ao socialismo e a todas as formas de construtivismo social. Na realidade, *O Caminho para a Servidão* foi uma espécie de programa pessoal de trabalho, do qual posteriormente resultaram alguns dos livros monumentais de Hayek, como *The Constitution of Liberty* (1960), *Law, Legislation and Liberty* (1973-79) e *The Fatal Conceit*.

* Esta condensação foi feita com base na edição de Dezembro de 1984, do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.